

# II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

## A DUALIDADE DO SER E O DEVER SER: A ATUAÇÃO JURISDICIONAL SOB A ÓTICA DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

**Bruna Muller**

brunamuller.bm4@gmail.com

Graduanda em Direito no Centro Universitário de Pato Branco - UNIDEP. Pato Branco, PR, Brasil.

**Eucléia Gonçalves Dos Santos**

eucleiags@gmail.com

Doutora em História pelo Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná; Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em História. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Pato Branco, UNIDEP. Pato Branco, PR, Brasil

**RESUMO:** Este trabalho analisa a atuação jurisdicional no julgamento dos crimes de feminicídio à luz do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, com base na distinção entre o "ser" e o "dever ser" proposto por Hans Kelsen. Uma vez que o "ser", que reflete a realidade jurídica positivada e as normas formais, muitas vezes não alcança o "dever ser" representado pela justiça material e pela promoção da igualdade de gênero. Assim, essa lacuna revela uma dificuldade de aplicar integralmente as diretrizes de gênero nos julgamentos de mortes violentas de mulheres. A pesquisa foi realizada com base na análise de processos criminais, considerando como os discursos institucionais refletem a estrutura e o ponto de vista do Judiciário brasileiro. Para isso, foram examinados três processos de feminicídio (tentados e consumados) registrados na Comarca de Pato Branco – PR, entre os anos de 2018 e 2022, evidenciando as falhas e desafios enfrentados na aplicação de uma perspectiva de gênero nas decisões judiciais.

**Palavras-chave:** gênero; Poder Judiciário; protocolo; mulheres; feminicídio;

# **THE DUALITY OF BEING AND DUTY BEING: JURISDICTIONAL ACTION FROM THE PERSPECTIVE OF THE PROTOCOL FOR TRIAL WITH A GENDER PERSPECTIVE**

**ABSTRACT:** This work take part of analysis of jurisdictional action in judgment of crimes of femicide in light of the Protocol for Judgment with a Gender Perspective, based on distinction between the "to be" and "ought to be" proposed by Hans Kelsen. Once that the "to be", which reflects the positive legal reality and the formal norms, often does not reach the "ought to be" represented by material justice and by promotion of equality of gender. Like this, this gap reveals a difficulty in fully applying gender guidelines in trials of violent deaths of women. The research was realized based on analisys of criminal cases, considering how the institutional discourses reflect the structure and point of view of the brazilian Judiciary. For that, seven processes of femicide were examined (attempted and completed) registered in the Comarca de Pato Branco – PR, between the years of 2018 and 2022, demonstrating the failures and challenges faced in applying a gender perspective in judicial decisions.

**Keywords:** gender; Power Judiciary; protocol; women; femicide;

## **INTRODUÇÃO**

As mortes violentas de mulheres por razões de gênero são um fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício do direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis.

As palavras “Femicídio” ou “feminicídio” são expressões utilizadas para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição” de mulher. O conceito de “femicídio” foi utilizado pela primeira vez na década de 1970, mas foi apenas nos anos 2000 que seu emprego se disseminou no continente latino-americano em consequência das mortes de mulheres ocorridas no México, país em que o conceito ganhou nova formulação e novas características com a designação de “feminicídio” (ONU Mulheres, 2016).

No entanto, foi com a Lei nº 13.104/15 que o termo ganhou notoriedade no Brasil. Ao tipificar o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, a referida lei promoveu uma alteração substancial no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), estabelecendo o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio (art. 121) e inserindo-o no rol dos crimes hediondos.

O atual cenário brasileiro de intensa politização das questões de gênero tem ampliado a demanda por intervenções e decisões do Sistema de Justiça sobre temas relacionados a questões de gênero e sexualidade. Embora esses temas sempre tenham sido permeados por diversas ações judiciais, há uma resistência especial por parte do Judiciário em adotar a perspectiva feminista na análise e principalmente nos julgamentos do crime de feminicídio.

E, mesmo quando as teses levadas ao Judiciário ou as decisões judiciais permeiam essas questões, muitas vezes, acabam por adotar perspectivas equivocadas da condição da mulher ou da perspectiva dos feminismos para o enfrentamento da violência e discriminação, oprimindo e reproduzindo estereótipos de gênero e de raça (Cirino; Feliciano, 2023).

A partir da distinção entre o "ser" e o "dever ser" de Hans Kelsen, pode-se entender que as decisões judiciais refletem, muitas vezes, o "ser" da realidade jurídica, ancorada em normas positivadas, mas deixa de alcançar o "dever ser", ou seja, a justiça material e a igualdade de gênero.

Nesse contexto, a presente pesquisa adota o método qualitativo, cujo objetivo recai sob uma análise da atuação jurisdicional diante do crime de feminicídio à luz do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, se há – ou não – a sua aplicabilidade. Uma vez que métodos interpretativos como analogias, deduções, argumentos consequencialistas e a aplicação de princípios são parte integrante do cotidiano dos julgadores embora, na maioria das vezes, são empregados de maneira abstrata, perpetuando desigualdades.

Para tanto, procedeu-se à análise de sete processos de feminicídio registrados na Comarca de Pato Branco - PR, entre o período de 2018 e 2022, julgados pela Vara Criminal e Anexos, na modalidade de crime tentado e consumado, além de leituras acerca da temática abordada.

Inicialmente, analisa-se a incorporação da interseccionalidade no âmbito judicial, com foco em documentos normativos internacionais que orientam julgamentos e investigações sob a perspectiva de gênero. Em seguida, aborda-se a (in)aplicabilidade dessa perspectiva nas decisões judiciais proferidas na Comarca de Pato Branco, por meio da análise aprofundada de três casos selecionados entre os sete estudados, que foram escolhidos para demonstrarem as formas que a violência institucional se manifesta.

Ao final, evidencia-se como a omissão da perspectiva de gênero na condução dos processos de feminicídio acaba por legitimar e perpetuar a violência contra a mulher, de modo que a torna duplamente vítima, primeiramente da violência direta perpetrada pelo agressor e, na sequência, aquela cometida pelo próprio Estado, visto que ao julgar o crime de feminicídio como um crime comum, a morte da mulher passa a ser vista apenas como uma estatística.

## **RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL E JUSTIÇA INTERSECCIONAL**

O feminicídio é a forma mais extrema de violência contra mulher. São mortes violentas de mulheres em razão do seu gênero, que em muitos casos marca o fim de uma vida perpassada por diversas violências, e que ocorrem em situações de negligência estatal (por ação ou omissão) (ONU Mulheres, 2014, 2016).

Diante do precário cenário de violência que acompanha o Brasil por toda sua história, além de ter sido condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2001, em razão de negligência, omissão e tolerância em relação a violência contra a mulher que originou a criação da Lei n. 11.340 - Lei Maria da Penha –a fim de atender as recomendações propostas pela Comissão, no ano de 2021 o país foi novamente condenado pela Corte pelo caso Márcia Barbosa de Souza ocorrido em 1998.

Márcia Barbosa de Souza era uma jovem negra, de 20 anos de idade que foi brutalmente assassinada por um deputado estadual da Paraíba em 1998. Na sentença proferida pela Corte (2021), esta reconheceu que as investigações e a condução do processo penal tiveram um caráter discriminatório em razão da incidência de estereótipos de gênero.

Além disso, a Corte também reconheceu que, apesar dos avanços normativos alcançados desde a ocorrência dos fatos, dos quais são exemplos a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015), a violência contra as mulheres no Brasil ainda consiste em um problema de caráter estrutural e generalizado, com impacto desproporcional sobre mulheres negras, jovens e pobres (Mendonça; Carvalho, 2023).

Diante desse cenário, e considerando o reconhecimento pela Comissão da falta de perspectiva de gênero nos julgamentos de feminicídio, a Corte determinou a implementação de um plano de formação e capacitação obrigatória. Com o objetivo de garantir que o Poder Judiciário conduza a investigação, persecução e julgamento de mortes violentas de mulheres com a devida inclusão da perspectiva de gênero desde as fases iniciais do processo.

Nesse contexto, em 2021 foi publicado o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo desse protocolo é orientar magistradas e magistrados na análise de casos concretos, incentivando-os a aplicar as lentes de gênero em seus julgamentos, promovendo avanços na efetivação da igualdade e na implementação de políticas de equidade (Conselho Nacional de Justiça, 2021, p. 14). No entanto, embora sua publicação seja do ano de 2021, tais diretrizes só se tornaram obrigatórias por meio da Resolução CNJ n. 492/2023.

Além da publicação do Protocolo (2021), foi criado, em conformidade com as determinações da sentença condenatória da Corte, um Banco de Sentenças e Decisões. Esse banco tem como objetivo promover o controle e a fiscalização das decisões proferidas pelos Tribunais que aplicam as diretrizes previstas pelo referido Protocolo.

No entanto, utilizar uma perspectiva de gênero no Direito sem uma análise conjunta com outros eixos de subordinação estrutural presentes nos fatos examinados não assegura, de fato, a proteção de mulheres sujeitas a outras espécies de opressão, tais como as baseadas na raça, etnia, classe social, orientação sexual, entre outras. Na realidade, focalizar a diferença com base exclusivamente no gênero acaba por reproduzir um novo tipo de universalismo, fundado na perspectiva da mulher branca de classe média (Calil; Markman, 2020).

Kimberlé Crenshaw (2002) ao apontar o termo “interseccionalidade”, trouxe importantes reflexões sobre o potencial de exploração dessa ferramenta no campo da proteção de direitos humanos das mulheres negras (e não brancas em geral), demonstrando, a partir de exemplos concretos, como as diversas formas de interação entre as discriminações de raça e de gênero são muitas vezes obscurecidas pela utilização isolada da categoria gênero (2002).

Assim, a interseccionalidade surge como uma ferramenta de análise que busca entender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação, como racismo, patriarcalismo e opressão de classe. Ela visa tornar visíveis as experiências de discriminação específicas de grupos sociais marginalizados, que precisam ser observados em sua singularidade (Crenshaw, 2002).

## **A (IN)APLICABILIDADE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS DECISÕES JUDICIAIS**

Apesar de a Constituição brasileira comprometer-se com a igualdade, o Brasil ainda enfrenta grandes desigualdades sociais, reforçadas por práticas políticas, culturais e

institucionais. Nesse cenário, o direito desempenha um papel crucial, podendo tanto perpetuar a subordinação; como, por outro lado, se analisado, construído, interpretado e utilizado de maneira comprometida com a igualdade substancial, pode se tornar um verdadeiro mecanismo de emancipação social.

O Protocolo Para Julgamento com Perspectiva de Gênero (2021) aponta para um novo horizonte no combate à violência de gênero, ao promover julgamentos e medidas judiciais mais homologadas com a realidade de pessoas subjugadas por gênero, sexualidade e raça. Além disso, abre espaço para questionar práticas e teses sexistas no processo judicial, mostrando-se um instrumento de combate à violência de gênero também no âmbito institucional (Cirino; Feliciano, 2023).

No entanto, muito embora as diretrizes do Protocolo tenham se tornado obrigatórias, na prática jurídica, especialmente após a análise dos sete processos de feminicídio julgados na Comarca de Pato Branco – PR, observa-se que essas normas ainda não são de fato aplicadas. Ao consultar o Banco de Sentenças com a marcação desta Comarca, encontram-se registradas apenas duas sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho e três pela Justiça Federal em matéria previdenciária.

Em que pese não haja hierarquia nas áreas que compõe o Direito, no tocante a área criminal, em que se julga os crimes contra a vida e principalmente a violência contra a mulher, não há registro de aplicação do Protocolo nessas matérias. Nas palavras de Paiva e Mello (2022), a tolerância social à violência doméstica contra a mulher está presente a todo tempo em que percebemos a falta da perspectiva de gênero nos modos de olhar essa violência. Por se tratar de uma violência estrutural, o tratamento dos feminicídios como “crimes individuais” faz com que o sistema de justiça criminal feche os olhos para as particularidades desse tipo de delito. As dimensões sociais e simbólicas são apagadas quando este é tratado como um “crime comum”.

Passamos a análise das formas em que a violência institucional se manifesta:

## **1.1 CASO 1**

O primeiro processo analisado, diz respeito ao crime de feminicídio na forma tentada (autos nº 0001532-85.2020.8.16.0131), o processo foi interposto no ano de 2020 e a sentença condenatória foi proferida em 2023. A vítima, uma mulher preta, jovem de 20 anos, mãe, irmã, amiga, não se sabe a escolaridade e nem a profissão, uma vez que esses dados não foram coletados pelo profissional que elaborou o Boletim de Ocorrência. A vítima foi

atingida com 3 golpes de arma branca pelo ex convivente, com quem teve duas filhas. O motivo alegado foi o de que o ex companheiro não aceitava o fim do relacionamento. O autor dos golpes possuía antecedentes criminais, inclusive de violência doméstica. Ocorre que na denúncia anterior a mulher, vítima escolheu não representar. Segundo os autos do processo, tal conselho teria vindo de sua mãe, alegando que o casal deveria permanecer unido, uma vez que havia filhos envolvidos na relação. Ainda, consta no processo a fala da progenitora da vítima: “fizeram filho, agora vão criar”. Durante o depoimento do agressor, este argumentou que atacou sua ex convivente porque “estava cansado de fazer tudo sozinho”. O agressor alegou que, além de trabalhar para ajudar com as despesas, precisava cuidar das filhas, vez que, segundo ele, a genitora não cumpria com seu “dever materno”, pois as crianças ficavam “jogadas com a avó enquanto a genitora curtia a vida”.

Cabe salientar que, segundo foi possível analisar, a vítima engravidou do seu companheiro aos 14 para 15 anos. Após a gravidez passaram a morar juntos e tiveram mais uma filha. Aos 20 anos, a mulher estava casada há mais de 5 anos, provavelmente deixou de estudar, uma vez que precisava cuidar da filha e dos “deveres domésticos”. Assim que as filhas cresceram a mulher começou a trabalhar fora, a fazer amizades e, cansada daquela vida resolveu se separar. Essa vontade e essa liberdade lhe foi negada. Primeiro pelo companheiro que não aceitou o fim do relacionamento e, em seguida, pela própria mãe que via a liberdade da filha com muitas ressalvas.

Ao tomarem o depoimento da mãe da vítima, esta argumentou que não estaria de nenhum lado da história, entretanto, que o seu genro, ora autor da agressão, não estaria nem certo nem errado em sua conduta, pois “lugar de mulher na condição de mãe é em casa cuidando dos filhos”. Ainda, salientou que a vítima não cumpria seu papel materno, e que seu ex genro apenas estava esgotado de toda situação que estava passando.

Para a fase probatória, ante a ausência de defesa técnica do réu fora nomeado advogado dativo, apenas para participar da tomada de depoimentos das testemunhas arroladas. A análise das imagens do evento apresenta diversos momentos em que a violência de gênero se fez notar. Primeiro é possível perceber certo descaso na conduta profissional do advogado, não apenas pelo tom de deboche que demonstrava achar graça nos depoimentos, visto que os conduzia as perguntas realizadas à testemunha com sorriso no rosto e, principalmente, por se referir a tentativa de feminicídio que se estava em julgamento como um mero “desentendimento entre casal”. Ao inquirir uma das testemunhas, o advogado pergunta se esta presenciou o “desentendimento entre o casal” – desentendimento que levou o homem a golpear a mulher com três facadas nas costas-; percebe-se, claramente, certo



descaso do profissional de direito para com o ocorrido, minimizando o crime, desqualificando a ação de tentativa de homicídio ou de feminicídio para um mero conflito.

O processo foi a julgamento no Tribunal do Júri, sendo o Conselho de Sentença formado por cinco homens e duas mulheres. O autor foi condenado a 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão pelo crime de homicídio tentado (art. 121, caput, §1º e art. 14, II ambos do Código Penal) sendo descaracterizada a qualificadora do feminicídio e reconhecida a diminuição da pena em razão da motivação do crime, uma vez que, segundo o relatório da sentença proferida pelo magistrado, “o comportamento da vítima acabou colaborando para a ocorrência do delito” (trecho retirado da sentença condenatória).

A partir da breve análise realizada, é possível identificar que a violência se manifesta inicialmente na invisibilidade do perfil da vítima. Informações cruciais como cor/raça e quem era aquela mulher, muitas vezes não são preenchidas, ou, quando o são, apresentam-se de forma imprecisa. A aplicação de um recorte interseccional é imprescindível ao tratar a violência contra a mulher. No entanto, essa abordagem se torna difícil, uma vez que o perfil da mulher é invisibilizado sendo frequentemente reduzida a relação que mantinha com o agressor. Outros marcadores precisam estar evidenciados nas teses acusatórias, pois eles revelam as condições de vulnerabilidade da vítima e de que forma a sua raça/etnia, classe social, orientação/identidade sexual, podem ter sido fatores determinantes para a sua colocação em uma situação de violência (Abreu, 2021).

Logo, em vez de um estudo aprofundado do perfil das vítimas, a análise se limita a números, de modo que a morte de mulheres passa a ser vista apenas como estatísticas pelo Estado, retirando sua condição essencial de existência, no que se refere a construção do seu perfil enquanto mulher, amiga, filha, mãe, profissional etc.

A conduta dos operadores do direito na condução dos julgamentos de feminicídio, as teses levantadas pela defesa a fim de desqualificar a conduta do agressor, a inatividade do Ministério Público que se preocupa em prender o acusado, sem considerar as particularidades desta violência letal decorrente da misoginia, demonstra a forma como o Poder Judiciário reforça estereótipos e perpetua a violência. Pois quando a lente de gênero é apagada, a violência é perpetrada duas vezes: primeiro pelo agressor e na sequência pelo Sistema de Justiça, que limita o espaço da vítima e retira sua liberdade.



## 1.2 CASO 2

Este processo trata-se de feminicídio consumado (autos nº 0002616-24.2020.8.16.0131) ocorrido no ano de 2020 com julgamento em 2022. A vítima, uma mulher branca, de 32 anos, mãe, irmã, filha e amiga, não se sabe a escolaridade, pois essa informação não foi preenchida. Uma mulher de sonhos e objetivos que lhes foram tirados pela misoginia. Na época dos fatos trabalhava como garota de programa em uma boate – tal informação foi obtida através das alegações apresentadas pela defesa dos réus, vez que sua profissão em nenhum momento fora preenchida no boletim de ocorrência e demais fichas constantes no processo -. Os réus/agressores eram um casal heterossexual, de modo que a vítima mantinha um relacionamento extraconjugal com o homem, agressor e ora réu. A atual esposa e, também, ré no processo tinha conhecimento da relação, razão pela qual já havia realizado diversas ameaças de morte à vítima e até a agredido – há registros de boletins de ocorrência -.

A vítima teve sua vida interrompida por um único golpe fatal por arma branca e o seu corpo jogado as margens de um rio pertencente a uma cidade no interior do Paraná. O processo, a fim de condenar os agressores, seguiu seu rito e os réus foram pronunciados indo a julgamento no Tribunal do Júri. O Conselho de Sentença foi composto por quatro mulheres e três homens. A tese de defesa montada pelo Defensor dos réus - ao contrário do seu dever enquanto operador do direito no tocante a garantir um julgamento justo, sem violação de direitos dos seus clientes - se pautou em discriminar a vítima, uma mulher que não só teve sua vida interrompida pelo ódio, mas como lhe foi retirado seu direito de memória. A tese se pautou em pedir a absolvição dos réus, pois “não havia provas suficientes nos autos que atestassem a autoria destes no crime praticado”. Ainda, sustentou que “na época dos fatos a vítima era garota de programa, não se sabia ao certo com quem saía e se possuía ou não relacionamento oculto com demais pessoas comprometidas” (trecho retirado das alegações finais da defesa, ev. 186.1, fl. 535).

Insta mencionar que tal alegação foi mencionada mais de 5 vezes no correr do processo, a fim de justificar a agressão que a vítima sofreu e atribuir-lhe a culpa. Diante do discurso machista proferido pelo Defensor, o Conselho de Sentença votou pela absolvição dos réus, alegando que “não havia provas suficientes a fim de comprovar a autoria dos acusados no crime ocorrido”. Pelo Ministério Público não foi interposto recurso da decisão que absolveu os agressores, transitando em julgado o processo.

Os julgamentos frequentemente refletem as expectativas sociais associadas aos papéis do gênero. Embora a lei, em teoria, pareça justa e igualitária, sua aplicação sob o princípio da imparcialidade, acaba por perpetuar desigualdades estruturais ao reduzir a complexidade das relações humanas a interpretações simplificadas e estereotipadas.

Além disso, as teses apresentadas pelos operadores do Direito muitas vezes vão além de proteger e garantir os direitos de seus clientes nos limites legais. Elas acabam por desqualificar, oprimir e revitimizar a outra parte do processo, que, nesse contexto, é uma mulher, vítima da misoginia, machismo e violência estruturada na sociedade. Isso resulta em uma inversão perversa, onde uma mulher, em vez de ser tratada como vítima do crime que a atingiu e ter seu direito à memória, é culpabilizada pela violência que sofreu.

A preocupação estritamente técnica do órgão acusador, com a descrição controlada dos elementos constitutivos do delito, tais como o dolo do agressor, o nexa causal entre sua conduta e o resultado morte, bem como sua aplicabilidade, ofusca fatores fundamentais para a análise da violência de gênero (Borges; Abreu, 2021), preocupando-se unicamente com a condenação do agressor, sem olhar para a vítima, seja ela sobrevivente ou não.

A compreensão de que a violência letal contra as mulheres é estrutural e está fundada no sistema de dominação patriarcal que também abarca, segundo a perspectiva genérica, a impunidade dos crimes e a tolerância para com a violência contra as mulheres, como um dos fatores que permitem a sua perpetuação, no que, segundo Marcela Lagarde (2006), o caracteriza com um crime de Estado (Abreu, 2021).

A estrutura sexista e machista do Poder Judiciário acaba por exercer uma influência profunda sobre as decisões judiciais, perpetuando a violência de gênero mesmo em situação em que sua identificação deveria ser evidente. No caso analisado, em que pese o fato do Conselho de Sentença ter sido formado majoritariamente por mulheres – eis que 4 votos seria suficiente para obter uma condenação – ainda assim os réus foram absolvidos. A naturalização da violência de gênero é tamanha que nem mulheres conseguiram se sensibilizar com a situação da qual vivia aquela mulher, cuja vida foi brutalmente interrompida. Esse cenário evidencia como a cultura patriarcal atravessa as instituições, anestesia a percepção da violência e silencia a memória das vítimas.

### **1.3 CASO 3**

Neste terceiro processo (autos nº 0005757-85.2019.8.16.0131) em que também se trata de feminicídio consumado, ocorrido no ano de 2019 e com julgamento em 2021, a

vítima, uma mulher branca, de 41 anos, auxiliar de produção, duas vezes mãe, irmã, filha foi brutalmente assassinada com mais de 70 facadas desferidas pelo ex-companheiro, com quem não aceitava mais reatar o casamento turbulento e cheio de brigas. Essa mulher, vitimada pelo machismo e misoginia, teve sua vida interrompida na sua própria casa, onde morava com sua mãe e seu filho – que assistiu a mãe ser morta a facadas pelo próprio pai -. O agressor a surpreendeu enquanto dormia, por volta das 8h da manhã, pois chegou à residência com o argumento de que queria “apenas vê-la para conversar”. Ao obter a autorização para entrar na casa – sem ninguém imaginar que este portava uma faca de cozinha consigo – invadiu o quarto em que a ex-companheira dormia e iniciou os golpes.

Embora a progenitora da vítima e seu filho tenham tentado socorrê-la, o agressor conseguiu expulsá-los da casa, onde se trancou para o lado de dentro da casa e assim a matou. O agressor foi preso em flagrante delito, embora a chegada da polícia e ambulância até o local foi um pouco tardia, uma vez que a localidade pertencia a uma comunidade no interior de difícil localização, o que possibilitou que o agressor consumasse a sua pretensão. O agressor, em seu depoimento alegou ter agido em legítima defesa, mas confessou o crime sob o argumento de que “já que ela não queria ficar comigo, não ficaria com mais ninguém”.

Na fase de instrução, ao ser tomado os depoimentos dos familiares da vítima, a sua filha informou que o agressor, quando ainda casado com sua mãe, tinha uma postura abusiva e controladora. No entanto, que ele nunca teria a agredido fisicamente, “apenas a xingava muito”. Também contou que seus pais já tinham se separado outras vezes, pois seu pai ingeria muita bebida alcoólica e acabava apresentando comportamento agressivo, mas que sempre conversava com sua mãe e a convencia a reatar o relacionamento. Diante destas breves informações, é notório todas as manifestações das diversas violências até a violência letal. Sendo algo tão naturalizado que a própria filha e a progenitora da vítima apenas entendiam que uma violência só podia ser manifestada na forma física, desconsiderando todas as demais condutas abusivas e violentas já apresentadas pelo agressor.

O réu foi pronunciado, indo a julgamento no Tribunal do Júri. O Conselho de Sentença foi novamente composto por quatro mulheres e três homens, sendo o réu condenado a 18 anos de reclusão por feminicídio mediante meio cruel (artigo 121, § 2o, incisos III e VI, c/c § 2o-A, inciso 1, do Código Penal). Entretanto, os jurados entenderam por afastar a qualificadora de que o agressor teria agido mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, o que demonstra uma certa inobservância as informações trazidas aos autos, pois a vítima foi surpreendida enquanto dormia e sem qualquer meio que pudesse se defender, enquanto o agressor portava consigo uma faca de cozinha.

Na dosimetria da pena, ao discorrer acerca da culpabilidade do réu, o magistrado fundamentou que tal conduta não teria se mostrado fora do comum em delitos da espécie. Ocorre que faz necessário mencionar que, conforme ensina Ricardo Augusto Schmitt, em seu livro *Sentença Penal Condenatória* (2023), quando se fala em culpabilidade à título de dosimetria da pena, refere-se ao grau de culpabilidade da conduta do réu dentro do contexto em que foi cometido o delito, que corresponde à realidade fática em julgamento, ou seja, a frieza e a brutalidade empregada na prática do crime. Ao alegar que desferir mais de 70 facadas contra o corpo de uma mulher porque está se negou a reatar um relacionamento não foge do comum, acaba por aplicar-se véu de normalidade a uma conduta brutal e extrema.

Muito embora este terceiro processo tenha sido julgado antes da publicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (2021), é importante demonstrar a presença de estereótipos e papéis de gênero socialmente construídos e reproduzidos pelos próprios familiares das vítimas, que acabam por reproduzir uma violência que lhes foi naturalizada. Essa naturalização acaba por limitar a percepção coletiva, diminuindo-a exclusivamente à agressão. Ocorre que essa visão restrita impede o reconhecimento de outros sinais de violência — psicológicos, morais ou simbólicos — que poderiam interromper o ciclo antes de atingir seu estágio final: a violência letal. Isso reforça a inércia social e institucional de proteção de mulheres em situação de risco, perpetuando a escalada de agressões até a perda irreversível de vidas.

Conforme traz Debora Diniz e Ivone Gebara em sua obra *Esperança Feminista*:

Ouvimos e nos calamos. É a isso que se chama naturalização das invenções sobre nós. A naturalização é a consideração de que uma força superior a nós, a força da natureza ou de uma divindade, nos fez assim e nada podemos mudar. Naturalizar é tornar normal o que é simplesmente um dado de cultura ou uma decisão conveniente emanada do poder estabelecido (Diniz; Gebara, 2022, p. 24)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mariza Corrêa, na década de 1970, analisou alguns processos judiciais envolvendo homicídio no contexto familiar, principalmente aqueles em que mulheres eram vitimadas. Em decorrência da pesquisa, na década de 1980, Mariza publicou a obra *Morte em Família: Representações Jurídicas dos Papéis de Gênero* (1983), em que abordou acerca das representações judiciais brasileiras e como os papéis de gênero são construídos e

reproduzidos no discurso jurídico, nos quais as mulheres, muitas vezes, são vistas através de estereótipos, impactando a compreensão de seus direitos e da violência que sofrem.

Mais de trinta anos depois, com diversos avanços teóricos, normativos e tecnológicos, Ana Claudia da Silva Abreu, professora, doutora e escritora, analisou mais de 500 denúncias de feminicídio registradas no estado do Paraná, entre os anos de 2015 e 2020, onde constatou que não só o texto da lei é opressor e vulnerabiliza certos grupos sociais, mas principalmente como as práticas judiciais responsáveis pela sua aplicação reproduzem suas violências de uma forma ainda mais contundente, não só nos seus discursos, mas também nos seus silêncios e apagamentos (Abreu, 2021).

As crises mais importantes, as substantivas, que afetam o destino das pessoas, são, no entanto, as produzidas cotidianamente nos tribunais, publicamente, e em cada sala de um palácio da justiça, privadamente. É nesses locais que as leis perfeitamente desenhadas para acomodar toda e qualquer atitude ou atividade humana se chocam a todo momento com uma realidade que não podem ignorar e que tentam desesperadamente englobar, deixando sempre uma fresta por onde um pouco dela escapa (Corrêa, 1983).

Constata-se que mesmo com a formação de um Conselho de Sentença com maioria feminina, não minimiza as violências praticadas contra as vítimas de feminicídio. A atuação do Ministério Público é inefetiva. Busca-se a aplicação estrita da lei, atender ao princípio da celeridade processual, condenar aquele agressor, mas nenhum olhar se volta à vítima, àquela vida que foi interrompida, aquela mãe que não acompanhará o crescimento do filho, que não terá chance de realizar seus sonhos.

Pouco se sabe sobre essa mulher, visto que informações essenciais sobre seu perfil e sua identidade são negligenciadas. Não é possível abordar sobre violência de gênero de maneira completa sem considerar o recorte interseccional. No entanto, quando ausente informações a fim de compreender quem eram essas mulheres vitimadas pela misoginia e suas situações de vulnerabilidade, esse recorte torna-se prejudicado. Assim, essas mulheres são ainda mais invisibilizadas, reduzidas a estatísticas que não refletem sua história e humanidade.

Além disso, considerando a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra<sup>1</sup>, esta se apresenta de forma sutil, mascarada, nas teses levantadas e nas peças

---

<sup>1</sup> BRASIL. STF valida decreto que institui protocolo para julgamento de casos de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Ver mais sobre em: <https://p.stf.só.br/não/verN.um?idC=51&ori=1#:~:text=Por%20você%20d%20votos%2C%20o,ou%20de%20C3%A3o%20c%20mulheres>. Acesso em: 23 nov. 2024.

processuais. A lente de gênero não é aplicada nos julgamentos do crime de feminicídio. Embora exista obrigatoriedade do Protocolo (2021) percebe-se que nenhuma de suas diretrizes são aplicadas. Os processos são julgados baseando-se na mera prática legislativa, nenhuma decisão faz menção à documentos internacionais de proteção e garantia de direitos, tampouco em relação à gênero.

O Protocolo, em uma de suas diretrizes, faz uma crítica ao princípio da imparcialidade da jurisdição “em um mundo de desigualdades estruturais, julgar de maneira abstrata – ou seja, alheia à forma como essas desigualdades operam em casos concretos – além de perpetuar assimetrias, não colabora para a aplicação de um direito emancipatório” (Conselho Nacional de Justiça, 2021, p. 43), de modo que ao ser imparcial o magistrado acaba por desconsiderar estruturas desiguais. A análise realizada revela que a figura do juiz, embora retratada como imparcial e comprometida com a aplicação da lei, acaba por ignorar todas as violações que acometem o curso do processo criminal, o que ocorre na prática.

A inaplicabilidade do viés de gênero, principalmente em crimes de feminicídio, acaba por tornar a mulher duplamente vítima, primeiro da violência perpetrada pelo agressor, que tira sua vida e, na sequência, pelo próprio Estado, que a invisibiliza e retira seu direito de memória e de justice plena. Diante desse contexto, para que um julgamento ocorra com respeito à dignidade da vítima é necessário o olhar sob a perspectiva de gênero, a fim de identificar e combater preconceitos e estereótipos.

Assim, conclui-se que, apesar da existência de vários documentos destinados a garantir a proteção das mulheres e a erradicação de todas as formas de violência contra elas, tais medidas e políticas públicas continuarão ineficazes na prática se a atuação jurisdicional e dos demais integrantes do sistema judiciário não for pautada por uma perspectiva de gênero, que leve em consideração todas as suas particularidades.

A luta contra o feminicídio deve ser travada por meio de uma mudança estrutural em toda a estrutura social. Entretanto, entendemos a atuação do poder judiciário como de suma importância para agregar a essa luta. O Poder Judiciário, a formação dos operadores do direito, além da implementação de uma educação de gênero nas escolas, que alcance os jovens e os prepare para serem futuros profissionais comprometidos com a equidade e a justiça. Além disso, é necessário adotar uma abordagem mais humanizada e cautelosa na coleta de informações sobre o perfil da vítima e as relações que envolveram a violência letal.

Se o Judiciário realmente pretende combater essa violência, a peça processual que marca o início de sua restauração deve refletir esse propósito. Ela deve evidenciar os fatores

substratos à eliminação da mulher e ao seu silenciamento irreversível, reafirmando o compromisso com a justiça e a dignidade da vítima (Borges, Abreu, 2021).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. *As vozes silenciadas nas denúncias de feminicídio no Estado do Paraná (2015-2020): contribuições para um olhar descolonial sobre a atuação do sistema de justiça criminal brasileiro*. 2023. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ABREU, Ana Claudia da Silva. *Denúncias de feminicídios e silenciamentos: olhares descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal*. São Paulo: Blimunda, 2022.

BORGES, Clara; ABREU, Ana. As vozes silenciadas nas denúncias de feminicídio no Estado do Paraná (2015-2020): contribuições para um olhar descolonial do Sistema de Justiça Criminal. *Argumento Jornal Law*, Jacarezinho - PR. Brasil, n. 35, 2021, p. 19-49.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero* [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, 2021.

BRASIL. *STF valida decreto que institui protocolo para julgamento de casos de feminicídio ou de agressão contra mulheres*. Ver mais sobre em: <https://p.stf.só.br/não/verN.um?idC=51&ori=1#:~:text=Por%20você%20d%20votos%2C%%20o,ou%20de%20C3%%A3o%%20c%20mulheres>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CALIL, Mário Lúcio Garcez; MARKMAN, Debora. Direito, raça e gênero: elementos para a construção de uma teoria feminista do direito adequada ao feminismo negro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2 p.173-195, 2020.

CIRINO, S. M.; FELICIANO, J. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero: Abertura para uma Mudança Epistemológica no Direito e na Prática Jurídica no Brasil. *Direito Público*, [S. l.], v. 20, n. 106, 2023. DOI: 10.11117/rdp.v20i106.7137. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7137>. Acesso em: 27 set. 2024.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Márcia Barbosa de Souza vs. Brasil. *Relatório da Corte IDH, Série C, n. 435*. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/serieC\\_435\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/serieC_435_por.pdf). Acesso em: 27 set de 2024.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set de 2024.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. *Esperança Feminista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.



ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. In: FAZENDO GÊNERO, 11., 2013, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 8ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LAGARDE Y LOS RIOS, Marcela. *Del femicidio al feminicidio. Desde el Jardin de Freud*. Colômbia, n. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/issue/view/970>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ONU MULHERES. *Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)*. Brasília: ONU Mulheres, 2016. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes\\_feminicidio.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2024.

PAIVA, Livia de Meira Lima; MELLO, Adriana Ramos de. Feminicídio e Poder Judiciário: uma análise feminista da reprodução de estereótipos e discriminação de gênero em decisões judiciais. *iGAL IusGênero América Latina*, v. 1, n. 1, p. 22, 2022.